



Prefeitura de
Fortaleza

OFÍCIO Nº 039 - /2017-GP

Fortaleza, 26 de janeiro de 2017.

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE CONTAS

Prestação de Contas de Governo (PCG)

Município de Fortaleza

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Exercício de 2016 – De 01/01/2016 a 31/12/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA	
PROTOCOLO	Nº 167
DATA:	30.01.2017
HORA:	11:00
FUNÇÃO	

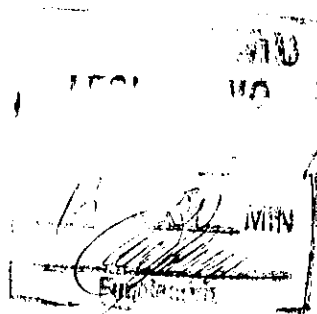
ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA, Prefeito Municipal de Fortaleza, vem à presença de V.Exa. apresentar a Prestação de Contas de Governo do exercício de 2016, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Instrução Normativa 02/2013 de 19 de dezembro de 2013, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, composta dos seguintes documentos:

I – Ofício de encaminhamento da prestação de contas alusiva ao exercício em análise a Câmara Municipal;

II – Revogado.

Revogado pela Instrução Normativa nº 02/2015, de 29 de outubro de 2015 – D.O.M.T.C.M de 03 de novembro de 2015. Redação original: “II - dados das contas de governo, na forma de arquivo “txt”, e respectivo ofício de encaminhamento à Câmara Municipal, gerado pelo Programa Gerador de Informações – PGI, de acordo com os padrões definidos no Anexo nº 05 desta Instrução Normativa;”

III – Balanço Geral, compreendendo o balanço patrimonial, o balanço orçamentário, o balanço financeiro, a demonstração das variações patrimoniais a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, todos com suas respectivas notas explicativas, de forma que as demonstrações contábeis devem conter a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista;





IV – Anexos auxiliares da Lei nº 4.320/64 (I, II, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XVI e XVII).

V – Cópias de leis e decretos de abertura de créditos adicionais, assim como do cálculo do provável excesso de arrecadação, caso utilizado;

VI - Cópias de contratos de operações de crédito e respectivas leis autorizativas, alusivas às cifras registradas no balanço geral, nas leis e nos decretos de abertura de créditos adicionais que utilizaram esta fonte;

VII – Norma que instituiu o órgão central do sistema de controle interno do poder executivo e que regulamentou o seu funcionamento;

VIII – Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e controle patrimonial (NBCASP);

IX – Cadastro do contador responsável pela elaboração do balanço geral do município, de acordo com o Anexo nº 01 desta Instrução;

X – Quadro demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o Anexo nº 02 desta Instrução;

XI - Quadro demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, consoante Anexo nº 03 desta Instrução;

XII – Relação dos restos a pagar inscritos e reinscritos discriminando os processados e não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício, aplicando-se em todos os casos a identificação da classificação funcional-programática;

XII – Relação dos bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis, industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio no exercício, observando-se que, quando a baixa decorrer de alienação, deve ser identificado o número do processo licitatório e, em se tratando de bens imóveis, a respectiva lei autorizativa, indicando-se, ainda, em notas explicativas, o critério de mensuração, avaliação ou reavaliação dos elementos patrimoniais permanentes;

XIV – Declaração da dívida ativa inscrita, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária;

XV – Comprovação de inscrição dos valores de dívida ativa não tributária decorrentes de acórdãos exarados pelo TCM no respectivo exercício;





Prefeitura de
Fortaleza

XVI – Comprovação das medidas adotadas objetivando a cobrança da dívida ativa não tributária, com relação aos valores decorrentes de acórdãos do TCM exarados no exercício;

XVII – Comprovantes da conta “valores” em 31 de dezembro, emitidos pelas respectivas empresas das quais o município detenha ações;


XVIII – Balancete consolidado do mês de dezembro;

XIX – Termo de conferência de caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras;

XX – Relação dos pagamentos a título de obrigações patronais, identificando os relativos ao regime próprio ao regime geral de previdência;

XXI – Informações cadastrais do prefeito e vice-prefeito, com os respectivos períodos de gestão, inclusive em casos de afastamentos, de acordo com o Anexo nº 05 desta Instrução Normativa.

Respeitosamente,


Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra
Prefeito Municipal de Fortaleza

Ao Exmo.Senhor
Vereador João Salmito Filho
Presidente da Câmara Municipal de Fortaleza



**PROTOCOLO DE ENTREGA DOS VOLUMES INTEGRANTES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
DE GOVERNO DE 2016 À CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA**

RESPONSÁVEL: PREFEITO ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

Conteúdo:

- ✓ • **Art.5º, Inciso I** - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas de Governo de 2016 a Câmara Municipal de Fortaleza.
- **Art.5º, Inciso II- REVOGADO** - Ofício de encaminhamento da PGI, bem como os dados das contas de governo, na forma de arquivo "txt" à Câmara Municipal.
- ✓ • **Art.5º, Inciso III e IV – BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA 2015.**

1) Volume 01/02: Art. 5º, Inciso V

- Art.5º, Inciso V - Cópias de leis e decretos de aberturas de créditos adicionais, assim como do cálculo do provável excesso de arrecadação, caso utilizado;

1) Volume 02/2: Art. 5º, Inciso V

- Art.5º, Inciso V - Cópias de leis e decretos de aberturas de créditos adicionais, assim como do cálculo do provável excesso de arrecadação, caso utilizado;

2) Volume 1/2 Art.5º, Inciso VI

- ✓ • Cópias dos contratos de operações de crédito e respectivas leis autorizativas, alusivas às cifras registradas no balanço geral, nas leis e nos decretos de abertura de créditos adicionais que utilizaram esta fonte;

3) Este volume contém os seguintes anexos:

- **Art.5º, Inciso VI –continuação** - Cópias dos contratos de operações de crédito e respectivas leis autorizativas, alusivas às cifras registradas no balanço geral, nas leis e nos decretos de abertura de créditos adicionais que utilizaram esta fonte;
- **Art.5º, Inciso VII** - Norma que instituiu o órgão central do sistema de controle interno do poder executivo e que regulamentou o seu funcionamento.
- **Art.5º, Inciso VIII** - Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos e controle patrimonial (NBCASP).
- **Art.5º, Inciso IX** - Cadastro do contador responsável pela elaboração do balanço geral do Município, de acordo com o Anexo nº 01 desta Instrução;
- **Art.5º, Inciso X** - Quadro demonstrativo da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme o Anexo nº 02 desta Instrução;
- **Art.5º, Inciso XI** - Quadro demonstrativo da aplicação nas ações do serviço público de saúde, conforme o Anexo nº 03 desta Instrução;



4) Volume Único:

- **Art.5º, Inciso XII** - Relação de restos a pagar inscritos e reinscritos, discriminando os processados dos não processados, os pagos e os cancelados no exercício, bem como os inscritos em exercícios anteriores e processados no exercício, identificando a classificação funcional programática.

5) Este volume contém os seguintes anexos:

- **Art.5º, Inciso XIII** - Relação de bens de natureza permanente, identificando os móveis, imóveis industriais e semoventes, incorporados e baixados do patrimônio no exercício, observando-se ainda que, quando a baixa decorrer de alienação deve ser identificado o nº. do processo licitatório e, em se tratando de bens imóveis, a respectiva lei autorizativa, indicando-se, ainda, em notas explicativas, o critério de mensuração, avaliação ou reavaliação dos elementos patrimoniais permanentes.
- **Art.5º, Inciso XIV** - Declaração da dívida ativa, cobrada e prescrita no exercício, especificando os valores alusivos aos créditos de natureza tributária e não tributária.
- **Art.5º, Inciso XV** - Comprovação de inscrição dos valores de dívida ativa não tributária, decorrentes de acórdãos exarados pelo TCM no respectivo exercício.
- **Art.5º, Inciso XVI** - Comprovação das medidas adotadas objetivando a cobrança da dívida ativa não tributária, com relação aos valores decorrentes de acórdãos do TCM exarados no exercício.
- **Art.5º, Inciso XVII** - Comprovantes da conta "valores" em 31 de dezembro, emitidos pelas respectivas empresas, das quais o município detenha ações.
- **Art.5º, Inciso XVIII** - Balancete Consolidado do mês de dezembro.
- **Art 5º, Inciso XX** - Relação dos pagamentos a título de obrigações patronais, identificando os relativos ao regime próprio e ao regime geral de previdência.
- **Art 5º, Inciso XXI** - Informações cadastrais do prefeito e vice-prefeito, com os respectivos períodos de gestão, inclusive em casos de afastamentos, de acordo com o Anexo nº 05 desta Instrução Normativa.

6) VOLUME 1/ 4 – ADM.DIRETA - ART.5º, INCISO XIX -

- **Art.5º, Inciso XIX – 1/4** - Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras

7) VOLUME 2/4 – ADM.DIRETA – ART.5º, INCISO XIX –

- **Art.5º, Inciso XIX – 2/4** - Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras



8) **VOLUME 3/4 – ADM.DIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

9) **VOLUME 4/4 – ADM.DIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

10) **VOLUME 1/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

11) **VOLUME 2/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

12) **VOLUME 3/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

13) **VOLUME 4/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX –**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

14) **VOLUME 5/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

15) **VOLUME 6/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

16) **VOLUME 7/7 – ADM.INDIRETA – ARTI.5º, INCISO XIX**

- **Art.5º, Inciso XIX** – Termo de Conferência de Caixa, conciliações e extratos bancários do último dia da gestão, referentes a todas as contas correntes e de aplicações financeiras.

RECEBIDO POR: _____ EM: ____/____/____ AS: _____ DES.



FOLHA DE DESPACHO

Nº DE ORDEM 167/2017

A
Coordenadoria Legislativa - COGEL

Para análise e providências

Fortaleza, 30 de

Janeiro de 2017.


ROBSON DE OLIVEIRA LOUREIRO
Diretor Geral da Câmara Municipal de Fortaleza